

20 DE MAIO DE 2022

CDE: EXPLOSÃO DE CUSTOS EM 20 ANOS

Conta de Desenvolvimento Energético ultrapassa R\$ 30 bilhões e subsídios que são custeados por consumidores são cada vez mais questionados

PEDRO AURÉLIO TEIXEIRA, DA AGÊNCIA CANALENERGIA, DO RIO DE JANEIRO

Definida no último dia 26 de abril pela Agência Nacional de Energia Elétrica, a Conta de Desenvolvimento Energético completa duas décadas vendo o seu orçamento atingir o valor recorde de R\$ 32 bilhões, sendo que R\$ 30,2 bilhões serão pagos diretamente pelos consumidores de energia brasileiros. O valor trará um impacto médio de 3,39% para os consumidores do Sistema Interligado Nacional, sendo que no Sul, Sudeste e Centro-Oeste esse impacto fica em 4,65%, enquanto nas regiões Norte e Nordeste fica em 2,41%.

A CDE de 2022 causou espanto não apenas pelo seu valor, mas também pelo salto na comparação com o ano anterior. Houve um aumento de 34,2% na comparação com o ano anterior. Em 2021, o encargo ficou em R\$ 23,9 bilhões, com o consumidor arcando com R\$ 19,6 bilhões. Em 2020, foram 21,9 bilhões. Este ano, a Conta de Consumo Combustível, que serve para subsidiar os custos anuais de geração de sistemas isolados, terá a maior fatia na composição, com R\$ 11,96 bilhões. Os descontos na Distribuição, com R\$ 9,3 bilhões e na Transmissão, com R\$ 1,75 bilhão vieram em seguida com destaque.

Já o montante destinado a tarifa social dos consumidores experimentou um aumento de 48%, indo em um ano de R\$ 3,6 bilhões para R\$ 5,4 bilhões. A CDE possui ainda outras rubricas, como o subsídio ao carvão mineral, e o Programa de Universalização de Energia e de Eletrificação Rural.

A disparada na CCC pode ser explicada em decorrência ao aumento no preço do diesel e do gás natural, combustíveis usados para abastecer as usinas dos sistemas isolados. Já a elevação na rubrica da Tarifa Social de Energia veio pela inclusão automática dos habilitados no Cadastro Único do Governo Federal ou dos contemplados com o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social.

O futuro não se mostra animador para algumas rubricas. Na CCC, a interligação de Roraima ainda segue sem uma definição. Nos descontos de TUSD e TUST, a 'corrida do ouro' pela outorga de projetos renováveis faz com que até 2025 – quando o subsídio começa a ser extinto – muitas usinas entrem em operação, o leva a previsão de elevação do encargo.



Carlos Faria, da Anace: é preciso atacar subsídios

A disparada da CDE traz impactos óbvios para o consumidor. Carlos Faria, presidente da Associação Nacional dos Consumidores de Energia, lembra que os descontos de Tust, TUSD e CCC em 2013 somavam R\$ 5 bilhões e hoje chegaram a R\$ 22 bilhões. “Não é possível querer ter um país com todas essas fontes importantes para ter uma energia barata e acabar tendo um custo final de conta dos mais caros do mundo”, observa.

Para Faria, é preciso atacar os subsídios inseridos na CDE, mas ele frisa que o caminho está no legislativo, já que os subsídios estão inseridos por meio de leis federais. Segundo o presidente da associação, os parlamentares ainda não conseguiram enxergar que a disparada da CDE leva a um cenário em que o custo da energia impacta no crescimento do país e também nos consumidores. “Precisamos de alguma forma sensibilizar os nossos parlamentares que esse é o problema”, alerta.

Pelo lado das distribuidoras, o presidente da Abradee, Marcos Madureira, também alerta para o aumento da CDE, já que o exorbitante valor é rateado pelos consumidores, pedindo uma revisão sobre a composição do encargo. Para Madureira, é preciso que subsídios que não se justificam mais sejam eliminados, como o das fontes alternativas, sob justificativas dessas fontes já terem custos iguais aos das tradicionais. “Não faz mais sentido a manutenção de um incentivo como esse, que só faz subir a tarifa”, avisa.



Claudio Sales, do Instituto Acende Brasil: subsídios merecem reflexão

Criada em 2002, na mesma lei 10.438 que instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, a CDE não vem gozando de boa avaliação junto a órgãos de governo e controle. Análise do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério da Economia de dezembro de 2020 já apontava para o risco elevado de falta de transparência, de previsibilidade de despesas; de estudos de impacto sobre os descontos concedidos, além da ausência de metas e resultados a serem alcançados.

A recomendação foi a estruturação de um modelo de governança que permita o acompanhamento de todas as políticas subsidiadas pela CDE. O conselho também sugeriu a avaliação dos impactos advindos de alterações na conta tanto sob a ótica da origem dos recursos quanto da aplicação dos montantes arrecadados.

O CMAP detectou falta de delineamento do problema social ou econômico para os descontos ao setor rural. A eletrificação rural já estaria consolidada, com 92,6% da população atendida, recomendando a extinção gradual do subsídio para irrigantes em estabelecimentos maiores, abastecidos por alta tensão. Com as fontes incentivadas, o conselho observou que os preços das incentivadas já estão no mesmo

patamar de competitividade das UHES ou UTEs movidas a gás, o que também justifica o fim do subsídio para as próximas outorgas.

Antes disso, em 2018, o Tribunal de Contas da União já havia em Relatório de Políticas e Programas de Governo criticado a governança da CDE, assinalando que não havia definição do problema ou da demanda social que cada subsídio pretendia resolver ou reduzir. Segundo o TCU, os subsídios são incompatíveis com o regime jurídico tarifário do setor; não haveria um sistema de avaliação da eficácia dos subsídios e a fiscalização do órgão regulador sobre a concessão dos subsídios seria insuficiente.



Para TCU subsídios da CDE são incompatíveis com o regime jurídico tarifário do setor e não há sistemática de avaliação da eficácia

A manutenção do subsídio concedido às fontes incentivadas também é outro foco de críticas. Por já atingirem relevância nos leilões e no mercado de energia, não seria mais necessário. **Claudio Sales**, presidente do **Instituto Acende Brasil**, pede uma reflexão sobre esse desconto. Para ele, o benefício foi criado em uma época em que as eólicas, PCHs e UTEs a Biomassa não eram economicamente viáveis, o que não se aplica ao momento atual. “O tempo passou e essas formas de geração se mostram totalmente competitivas no mercado”, pondera.

A explosão da CDE joga luz no Projeto de Lei 4.012/2021, do deputado Paulo Ganime (Novo-RJ), que tramita na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados. O PL estabelece que os pagamentos realizados pela CDE observem as provisões definidas na Lei Orçamentária Anual, ou seja, saindo da conta de luz e indo para o Tesouro. Na justificativa, o deputado diz que a conta deveria ser um fundo para suportar políticas públicas pontuais no setor, mas que acabou virando um multibilionário “orçamento paralelo”, em que o consumidor fornece a receita para pagar subsídios e privilégios a poucos. Ainda de acordo com o projeto do deputado, os custos suportados pelos consumidores distorcem o mercado e encarecem artificialmente o preço da energia.



Paulo Ganime (Novo-RJ): CDE virou orçamento paralelo multibilionário

Ganime acredita que pelo fato dos custos da CDE já virem embutidos na conta de luz, os deputados se sentem eximidos de responsabilidade sobre o que eles próprios inserem no encargo. “São medidas políticas e eleitoreiras tomadas sem a devida análise de impacto e ninguém vê a conta chegando”, aponta. Para o deputado, a CDE não chegou aos R\$ 32 bilhões de uma hora para outra, mas sim por projetos aprovados que acabaram por elevar a conta.

Com a aprovação do projeto, o deputado do Novo acredita que haverá mais responsabilidade tanto do poder executivo quanto do legislativo na execução de políticas públicas e nos gastos. Segundo Ganime, a discussão do projeto traz polêmica com os seus pares na Câmara, uma vez que retira deles a chance de influenciar na tarifa do consumidor, ao mesmo tempo que adiciona ao orçamento algo que não estava previsto. “O momento agora é bom para o debate”, comenta. O PL é de 2021, quando o cenário tarifário era outro.

A aposta dos agentes do setor é no entendimento dos Congresso Nacional que a criação de subsídios sustentados apenas pelos consumidores não é razoável e não ajudará no recuo dos valores cobrados na tarifa. Ao mesmo tempo que o setor vê a saída, só lhe resta ações junto ao parlamento para tentar mudar esse panorama. “Se os congressistas não quiserem resolver o total de subsídios, não resolvem”, avisa Edvaldo Santana, ex-diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica e diretor da NEAL Consultoria.

Para Santana, colocar a origem do custeio do subsídio no Tesouro é uma solução razoável que já foi tentada e que poderia dar certo na tarifa social ou no desconto do agricultor. Mas talvez a medida não tivesse êxito em rubricas como os descontos das renováveis. Investidores detectariam incerteza em receber o desconto do Tesouro em lugar das contas. “A ideia é boa, reduzir a tarifa e passar para o imposto. Mas temo que não funcione”, salienta. O ex-diretor da Aneel sugere que se fixe um valor para o subsídio, o que desincentivaria a adesão em massa. Para ele, a perspectiva é de aumento expressivo na CDE nos próximos anos, pelo alto número de outorgas de renováveis.

O Projeto de Lei 414, que moderniza o setor, aparece como uma espécie de antídoto mitigador já que o tema é abordado no seu conteúdo. Mas a resistência de parlamentares e nichos pela manutenção tem colaborado para que o PL ainda não tenha sido levado à votação. A privatização da Eletrobras, prevista para ser realizada no próximo mês, também pode trazer um alívio para o consumidor. Parte dos recursos deve ser aportada na CDE e consta-se que o governo já pretende fazer isso imediatamente.

Quando a CDE desse ano estava para ser definida pela Aneel, o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres, Paulo Pedrosa, foi mais um a alertar sobre o alto valor do encargo e as suas consequências. “O impacto deste aumento aparece não só na conta de luz, mas em todos os produtos consumidos. O debate sobre o preço e o peso da energia vai se tornando cada vez mais urgente”, disse Pedrosa em uma rede social. A associação idealizou a campanha “O Peso da Luz” em que mostra o Medidor do Peso da Luz, com o valor de quanto os brasileiros já pagaram em impostos e subsídios e na conta de luz em 2022. Segundo a associação, a cifra até o fim do ano deve chegar em R\$ 144 bilhões.